

CIDADES E FAVELAS: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Tania Maria Fernandes (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Doutora; taniaf@coc.fiocruz.br)

Renato Gama-Rosa Costa (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Doutor; rgrc@coc.fiocruz.br)

Resumo

Uma das sérias questões das grandes cidades brasileiras, no século XXI, refere-se à ocupação do espaço e à desigualdade econômica e social. Por mais de um século várias cidades brasileiras assistiram sua conformação em dois espaços, a cidade ‘legal’, com normas sociais e jurídicas, e as favelas, distintas no formato estrutural e marcadas pela ilegalidade e precariedade das construções, expressas como manchas brancas nos mapas das cidades. A cidade “legal” assistiu ao crescimento das favelas, com um misto de tolerância e indiferença, permanecendo seus moradores como invisíveis e anônimos, sendo tratados pelo Estado de forma superficial e distante de suas necessidades, acirrando a segregação e a marginalização entre estes espaços. A diferença entre “asfalto” e “favela”, indica vários caminhos de análise onde a estética, a sociabilidade, a expressão cultural e a história social se colocam como questões fundamentais.

Esse estudo que gerou o livro, recentemente publicado “Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos”, analisou a ocupação dessas comunidades, na história urbana, considerando a memória dos moradores, seus olhares, os múltiplos significados e as narrativas sobre as experiências individuais e coletivas neste contexto de disputa de territórios.

Palavras chave: cidade; favela; Manguinhos

Os espaços urbanos nos estudos históricos

A história dos espaços urbanos e as relações criadas no conjunto da sociedade vem se constituindo como importante tema de estudo ao longo do século XX e permanece promovendo análises e debates no início do século XXI. Vários estudos de diversas áreas do conhecimento voltam-se para temas que envolvem o espaço urbano e a cidade onde destacam-se Lewis Mumford, com trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1930 e 1960; Françoise Choay, na década de 1970 e mais recentemente, entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990, Marcel Roncayolo e Bernard Lepetit. A produção brasileira sobre cidade e favelas também ocupa importante espaço com vários autores, como Alba Zaluar, Cristovão Fernandes Duarte, Dulce Pandolfi, Licia do Prado Valladares, Luiz Antonio Machado da Silva, Marcelo Burgos, Marcia Pereira Leite, Marcos Alvito, Sergio Magalhães, Vitor Valla, que apontam para diversos enfoques compondo um conjunto reflexivo fundamental para a análise das favelas no Brasil.

As questões referentes às transformações ocorridas nas estruturas urbanas, as práticas sociais e a associação destas com a industrialização e o capitalismo, a incorporação

do urbanismo como ciência e a ampliação da noção de territorialidade e a inclusão de outros saberes como a zoologia, a biologia, a psicologia e a política, proporcionaram a elaboração de importantes contribuições para a configuração de temas que envolvem a história urbana.

Para Roncayolo, a construção da cidade é percebida a partir de um constante jogo entre “representações e práticas” individuais e coletivas que interferem continuamente tanto na forma material, física e construída da cidade, como nos comportamentos sociais e, portanto, nas formas de “representar” a vida em sociedade e a cidade materialmente construída na ação cotidiana (Roncayolo, 1997: 177).

O papel dos atores sociais neste território em transformação constitui-se como o objeto de estudo referenciado pelos conceitos traçados pelas novas correntes do fazer histórico, onde se coloca a tentativa de compreender a complexidade da cidade e de sua relação com o espaço, o tempo e o homem (Lepetit, 2001; Salgueiro, 2001). Esta relação e o papel dos atores se tornam relevante para as pesquisas históricas contemporâneas, em que os debates constitutivos da metodologia de história oral são fundamentais, onde se destacam vários estudiosos¹.

Neste estudo especificamente, que tomou como objeto de análise as comunidades de Manguinhos, no subúrbio carioca, o uso da História Oral permitiu a formulação de uma análise dos processos de inclusão e intervenção dos atores nas comunidades, a partir da identificação com seu espaço e sua história através das diversas versões e sentimentos, expressos na narrativa através da interrelação entre passado, presente e memória. A memória individual, geralmente formalizada na narrativa, se associa diretamente às relações constituídas no âmbito do espaço social e assume como referência, a memória coletiva que é compartilhada e múltipla. A narrativa como fruto do processo de construção de representações e de identidade, se constitui como a expressão individual de um trabalho, em que passado e presente se articulam e projetam o futuro.

Algumas singularidades relativas ao uso do depoimento oral e às concepções de

¹ Sobre a memória, vinculada à história, há uma bibliografia bastante extensa, desde os clássicos – Halbwachs, Nora, Pollak, Rousso – aos estudos mais atuais – Frank, Portelli, Thompson, Thomson, Voldman. São também relevantes várias obras de pesquisadores brasileiros, como Ferreira M., Ansart, Alberti, Fernandes, Araujo, Bosi, Khoury, Mauad, Montenegro e Simson.

memória se colocam e requerem análises conceituais como é o caso da subjetividade, do esquecimento, da seletividade e da manipulação das lembranças. A análise histórica de um grupo de entrevistas, como é o caso aqui em estudo, permite perceber como o passado é incorporado e como possibilita ao indivíduo estabelecer uma relação pessoal com o presente, articulada com a vida na comunidade. Diante das diferentes experiências e conjunturas de ocupação de Manguinhos, bem como das características individuais, as narrativas expressam relações também diferenciadas. Apesar de individual, a narrativa toma como referência o espaço social onde se insere, a partir da reconstrução das vivências através de um exercício calcado na memória, que traz para o tempo presente diversos panoramas de uma realidade, que não se constituem como verdades, mas, sim, como versões, que podem retratar, inclusive, divergência de dados ou disputa de poder e busca de processos de legitimidade.²

Nossa preocupação foi identificar, nas entrevistas, as versões da história coletiva construídas pelos narradores através das memórias pessoais, observando as vivências selecionadas por eles, que se configuram como ponto de referência para a construção da história coletiva sobre a ocupação e a constituição das comunidades de Manguinhos onde nos interessam as representações construídas em torno do território e das moradias.

A construção histórica da favela se articula com uma ampla gama de questões, onde as políticas públicas se configuram como ponto fundamental.

Concepções e perfis das favelas no Brasil

As denominações de favela, comunidade, localidade, ou mesmo bairro, está relacionada a um determinado conjunto de características que delimitam um espaço constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriedade, contrapondo-se à 'cidade legal'.

O perfil destas habitações está diretamente associado à forma de ocupação da área e à característica da moradia, como permanente ou provisória, (barracos de madeira, zinco ou papelão e prédios de apartamentos) apresentando, ainda uma associação sistemática entre favela e ilegalidade da ocupação e, em alguns casos, ao tráfico de drogas e aos conflitos armados, o que fortaleceu a concepção de marginal na paisagem urbana.

Ao longo do século XX observam-se inúmeros projetos e ações públicas e amplos debates tanto no âmbito administrativo, político, jurídico, social e acadêmico, diante das transformações que configuraram estas aglomerações como um ‘problema’ social, urbanístico e habitacional (Valladares, 2005; Gonçalves, 2006; Silva, M. L. P., 2005).

Mesmo diante de projetos diversificados e debates ampliados, as favelas permanecem como espaços diferenciados da cidade, tratadas como constitutivas de uma história particular e marginalizada.

No Rio de Janeiro, momentos de intolerância marcaram a primeira década do século XX e o período entre 1950 e 1970 (governos Carlos Lacerda e Negrão de Lima) com a desocupação de cortiços e a remoção de várias favelas das áreas visíveis e valorizadas da zona sul da cidade, sustentados pelo pacto de invisibilidade social com relação à pobreza. As manchas brancas dos mapas urbanos foram substituídas por espaços de especulação imobiliária, transferindo o invisível para as periferias da cidade ou ignorando as moradias de risco, sob viadutos, margens de rios, regiões alagadas ou morros.

Invisíveis e anônimos os moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro foram secularmente marginalizados do espaço urbano. Tiveram, inclusive, a partir das últimas décadas do século XX, seus territórios ocupados por comércio ilegal de várias mercadorias, desde as ilícitas (drogas e armas) até as mais necessárias e imprescindíveis como gás, luz, transporte, moradia e cidadania, acirrando a exclusão social destes grupos a partir da violência gerada neste contexto de vulnerabilidade e ilegalidade

Políticas públicas no Rio de Janeiro: remoção e urbanização

Várias propostas de políticas públicas para áreas ocupadas por assentamentos marcaram o século XX baseadas em ações tanto de remoção como de urbanização, intercalando propostas de erradicação, socialização e integração (Burgos, 2006; Gonçalves,

2006). Para Adrelino Campos (2005), a desconstrução do espaço urbano ocupado por populações pobres e marginais, através destas medidas, justificadas, em sua maioria, por um discurso de insalubridade e risco ambiental, é o principal resultado da associação de interesses estabelecidos entre Estado e classe dominante, diante da valorização de áreas ocupadas por estes grupos. No Rio de Janeiro esta perspectiva é marcante na orientação política desde as primeiras décadas do século, quando sobressaíam as perspectivas higienista e modernizadora, como ressalta Maria Lais Pereira da Silva (2005), onde as favelas eram interpretadas como “lepra”, “aberração” ou mesmo área de desintegração social, devendo ser eliminadas do espaço urbano (Burgos, 2006; Valladares, 2005; Valla, 1998).

O conjunto de propostas formulado para a cidade do Rio de Janeiro até a década de 1940 deu origem aos parques proletários, cuja construção vinha atrelada a uma postura ‘civilizatória’, pois os habitantes das favelas não eram identificados como cidadãos, e sim como “almas” necessitadas de uma pedagogia que os civilizasse (Burgos, 2006).

Esse contexto abrigava também propostas habitacionais direcionadas para grupos específicos de trabalhadores, que não se constituíam como os “faveleiros”, com produção e financiamento de moradias pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões e pela Fundação da Casa Popular. Esta proposta habitacional estabelecia também uma nova regulamentação para o aluguel habitacional, o que marcou os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek onde a habitação era ressaltada como um bem social a ser regulamentado pelo Estado. Esta visão, porém, não incorporou a crescente formação de favelas como uma conseqüência dessas propostas, na medida em que elas ainda eram invisíveis aos olhos governamentais.

A partir de meados da década de 1940, com intensificação da vida política no país, percebe-se uma mudança nas orientações políticas acerca das favelas e a proposta de remoção de forma generalizada passa a não ser mais apontada como uma solução. Para Guida Nunes, naquele momento, descobre-se que a favela “representa uma massa eleitoral numerosa, concentrada em determinadas áreas, com interesses definidos” (Nunes (1976: 20-21). A Igreja Católica, preocupada em impedir a ação do Partido Comunista nas favelas, investe no controle e organização destes espaços através da criação da Fundação Leão XIII.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, vários órgãos foram criados com ações específicas nas favelas do Rio de Janeiro, como Departamento de Habitação Popular (1946), Fundação Leão XIII (1947) e Cruzada São Sebastião (1955), o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (1956) e a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, adotando políticas sociais direcionadas a estes grupos, discutindo, inclusive, a própria categoria de favelado (Burgos, 2006).

Neste contexto, os moradores das favelas se tornariam atores políticos e reivindicariam sua participação nas políticas públicas, através de órgãos de representação local, como as comissões de moradores criadas para impedir a remoção completa e autoritária.

A fim de minimizar a ação da Igreja, o governo passou a estimular a criação das associações de moradores das favelas, que em troca da urbanização, pactuou o maior controle sobre as entidades, gerando cumplicidade entre o poder público e as lideranças locais (Burgos, 2006).

Na década de 1960 consolidou-se um movimento antifavelas, protagonizado pelo jornalista Carlos Lacerda, primeiro governador eleito do estado da Guanabara (1960-1965), com a distribuição do espaço urbano, claramente balizada pelo interesse do mercado imobiliário, direcionando a ocupação do subúrbio à indústria e às classes mais pobres, promovendo a destruição de 27 favelas e transferindo 41.958 pessoas para outras áreas da cidade, com a construção na época da Cidade de Deus e das vilas Kennedy, Aliança e Esperança (Burgos, 2006; Valladares, 1978). Estes conjuntos, diante principalmente da falta de infra-estrutura e de legalização do espaço, ao longo dos anos seguintes, se transformaram em grandes grupos de favelas, com arruamento irregular, serviços públicos precários e instalação de poder paralelo por traficantes de drogas e grupos policiais.

Com relação aos serviços públicos, em particular à distribuição de energia elétrica nas favelas esta era comercializada por alguns moradores, que detinham um poder específico sobre a comunidade e particularmente sobre este serviço, que passou em 1963, a ser gerenciado, pela então criada, Comissão Estadual de Energia (CEE), e administrada pelas comissões locais indicadas pelo Estado. Estas comissões exerceram uma forte influência política nas favelas, criando, em muitos casos, rivalidade com as associações de

moradores (Gonçalves, 2006).

As entrevistas realizadas com moradores de Manguinhos retratam muito bem esta questão referente ao poder das comissões sobre a distribuição e ligação clandestina de energia elétrica ou de rede de TV a cabo, conhecidas informalmente como “gato” e “gato net”, diante do aspecto desordenado dos fios.

Assim como as ligações de energia elétrica clandestinas e improvisadas, o lançamento do esgoto *in natura* nos rios são medidas também tomadas devido à ausência do Estado no gerenciamento do espaço urbano.

O governo de Negrão de Lima (1965-70), apesar de apresentar-se como opositor a Lacerda, mantinha a mesma política de remoção, lógica do governo anterior e respondia diretamente à especulação imobiliária, já que as favelas recomendadas para remoção estavam localizadas em regiões de desenvolvimento do mercado imobiliário, em geral na Zona Sul da cidade. Negrão de Lima investiu na instalação de conjuntos habitacionais e centros de habitação provisória – os CHPs, agregando os antigos parques proletários provisórios (PPPs). A regulamentação e controle das associações de moradores foi uma marca deste governo seguindo os parâmetros do governo militar.

Na década de 1970, foram criados alguns programas, como o Projeto Rio e o Programa de Erradicação de Favelas (Promorar), que visavam solucionar os problemas das habitações sub-humanas, as favelas e as palafitas, urbanizando-as, quando fosse possível, erradicando-as quando fosse ‘caso perdido’ (Valla, 1985), incluindo nas propostas, a transferência do título de propriedade aos moradores (Pessoa, 2006; <www.favelatemmemoria.com.br>), o que não ocorreu.

Diante do processo de redemocratização do país, ao final da década de 1970, vários programas de governo preconizavam a regularização da propriedade e realização de obras urbanísticas nas comunidades. Apesar das orientações continuavam distanciados da realidade local, acarretando, em consequência, como analisa Gonçalves (2006: 10), “a superdensificação das favelas e a permanência da mesma precariedade jurídica”, na medida em que “as intervenções públicas dissociaram, sistematicamente, melhorias urbanísticas e instauração de uma legislação urbanística local”. Fica, então, patente a relação direta entre a ocupação do solo urbano, crescente a partir de então, e a permissividade do Estado, tanto

diante das obras de urbanização como na liberação dos títulos de propriedade, pois estaria admitindo a existência da favela e das habitações construídas mesmo que ilegalmente. Para os moradores, a urbanização descarta o perigo das remoções em massa apesar de não ter sido solucionada plenamente a questão fundiária, valendo a urbanização como garantia de propriedade.

O retorno ao direito de voto, na década de 1970, coloca as classes populares como importantes personagens na arena política, e o discurso que busca legitimar as políticas sociais toma corpo e ocupa estes espaços através de propostas de melhorias em troca de votos para cargos políticos. A questão da legalização da terra urbana para estas populações foi apontada em vários projetos, na década seguinte, incluindo o usocapião, proposto pela Secretaria Municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, em 1981 (Tabak, 1981), e pelo governo federal, a partir de 2000, destacado no âmbito do Estatuto das Cidades, de 2001.

No governo de Leonel Brizola, eleito em 1983 com forte apoio das classes populares e um discurso populista, observa-se a incorporação de várias reivindicações encaminhadas pelas associações de moradores que foram, mais uma vez ao longo do governo, aproximadas do poder estatal. Os projetos implementados para urbanização nas áreas de favelas propiciaram uma mudança na estrutura física, estimulando os moradores de grande parte das comunidades a substituírem os barracos por casas de alvenaria.

A Constituição de 1988 propiciou autonomia financeira aos municípios e a responsabilidade pela organização do espaço urbano, o que no município do Rio de Janeiro gerou o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado, implantado em 1989, e posteriormente, em 1993, o Programa Favela-Bairro. Inserido nesse mesmo processo observa-se a oficialização dos bairros da cidade com nova delimitação das fronteiras e incorporação formal das áreas de favelas aos bairros, o que não significou uma absorção social destes espaços.

No período que se inicia em 2000, verifica-se um amplo processo de ocupação através de invasões, na medida em que estas indiretamente favoreciam a aquisição de moradias populares. Tanto a regularização fundiária, como a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, não acompanhou o crescimento das áreas de favela, dos loteamentos irregulares e clandestinos e a ocupação de imóveis e de terrenos desocupados.

A semelhança destas áreas não esconde as histórias específicas e singulares mesmo nas comunidades vizinhas, o que foi possível perceber através das entrevistas que realizamos com moradores da área de Manguinhos. As doze comunidades estudadas em Manguinhos apresentam características, contextos, relações sociais e representações acerca do território bastante próprias.

Favelas: territórios construídos historicamente

Estes territórios aqui analisados, seguindo a definição de Milton Santos, se constituem como áreas construídas não só no que diz respeito ao aspecto físico, como, principalmente, no que tange às relações sociais, culturais, econômicas, afetivas que caracterizam a idéia de grupo social e de espaço habitado e organizado seguindo a lógica de seus moradores. Em nosso estudo, especificamente, realizamos 22 entrevistas com moradores e técnicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender algumas das relações e das tensões criadas em torno da ocupação de Manguinhos, que determinaram a história do lugar. Os olhares distintos para estes espaços não se referem somente à diferenciação estabelecida entre o técnico e o morador, mas entre os próprios moradores, expressando aproximação e distanciamento conforme a história e a identificação com o território amplamente definido.

Percebemos que a singularidade das favelas em relação ao restante da cidade, e os problemas relativos às condições de vida de seus habitantes, foram tratados pelo Estado de forma superficial e homogênea, como se todos estes espaços respondessem a uma mesma lógica e a uma única história.. A dicotomia traçada entre o “asfalto” e a “favela” foi construída historicamente, acirrando a distância, o alijamento, a segregação e a marginalização entre eles.

A constituição da identidade e a configuração imaginária e simbólica do morador com seu “lugar” foram invariavelmente ignoradas diante das diversas políticas habitacionais que, muitas vezes, tomam por base remoções e construções inadequadas ao perfil familiar, a partir da perspectiva de uma visão homogênea das classes populares, em especial com relação às suas moradias, nestes grupos identificados como favelas, reforçando a segregação social com relação a estes grupos.

Apesar da mudança da estrutura individual das moradias, que marcou fortemente o período posterior à década de 1980, as favelas permanecem com os principais traços da configuração anterior, mantendo a diferença histórica com relação as moradias da “cidade legal” ou do “asfalto”. Ao ser traçada uma nova estrutura de caráter permanente diante da permissividade do Estado a grande maioria dos moradores, independente de sua capacidade financeira, optou, mesmo com a construção em alvenaria, por permanecer com a área externa com marcas de provisoriedade, ainda que internamente sejam estruturadas com pintura final nas paredes, mobiliário e equipamentos eletrodomésticos. A estrutura interna é, em geral, extremamente diferenciada do aspecto externo onde o conjunto de moradias apresenta semelhança criando uma identidade do território que, para uma observação simplista, pode parecer apenas a permanência da provisoriedade criada como identidade durante décadas.

O aspecto “provisório” externo pode estar vinculado a várias questões associadas a fatores simbólicos e ou concretos que devem ser percebidos de forma articulada. Um aspecto que não pode ser descartado refere-se à posse da moradia, que em sua maioria ainda não foi solucionada mesmo onde houve sessão do terreno por parte de algum órgão governamental, e é um fator não necessariamente reivindicado por todos os moradores.

As questões que dizem respeito ao aspecto externo das moradias e à representação formulada pelos moradores no que tange a esta forma de construção, e a uma possível expressão de singularidade com relação ao restante da cidade, está sendo ponto de análise neste momento de continuidade deste estudo, onde as propostas de mudanças formuladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão também apreciadas.

Bibliografia

- ALBERTI, V. , FERREIRA, M. de M. e FERNANDES, T. M. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC, 2000.
- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

- ANSART, P. “História e Memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. *Memória e Ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: ed. UNICAMP, 2004.
- ARAÚJO, M. P. e FERNANDES, T.M. “O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea”. In: Viscardi, C. M. R. e Delgado, L. de A. *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Editora UFJF e Capes, 2007.
- BONDUKI, N. *Origens da Habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.
- BOSI, E. *Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- BURGOS, M. B. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAMPOS, A. *Do quilombo a favela: a produção do espaço criminalizado*. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2005.
- CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- FERNANDES, T. M. “Edição de entrevistas: da linguagem falada à escrita”. In: MONTENEGRO, A. T. e FERNANDES, T. M. (orgs). *História Oral: um espaço plural*. Recife: ED. Universitária; UFPE, 2001.
- FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, M. de M.(org.). *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994b.
- FRANK, R. *La mémoire et l’histoire*. In: ‘La bouche de la vérité ? La recherche historique et les sources orales’. Les Cahiers de L’IHTP. cahier nº 21, 1992.
- GONÇALVES, R. S. “Revista, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. In: *Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Unicamp, vol 1, 2006.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- KHOURY, Y A. “Narrativas Oraís na investigação da História Social”. In: *História e Oralidade*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC. n 22, 2001.
- LEITE, M. P. “Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008

- LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LUCARELLI, F. DUARTE, C. F. e SCARRETTA M. (Orgs) “Favela e Cidade”. Napoli: Giannini Editore, 2008.
- MAGALHÃES, S. Sobre a cidade. Habitação e democracia no Rio de Janeiro. São Paulo: Pro Editores, 2002.
- MAUAD, A M, SERRANO, A P da R. e SANTOS, F. D. “Vídeo-História e História Oral: experiências e reflexões”. In: Viscardi, C. M. R. e Delgado, L. de A. *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Editora UFJF e Capes, 2007.
- MONTENEGRO, A. T. e FERNANDES, T. M. *História Oral: um espaço plural*. Recife: Universitária da UFPE, 2001.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. (Caminhos da História).
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: “Revista do Programa de estudos Pós-graduandos em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP, 1981.
- NORA, P. *Les lieux de memoire*. v. 1. La Republique. Paris: Gallimard, 1984.
- NUNES, G. “Rio: metrópole de favelas” Petrópolis, Ed Vozes, 1976
- PANDOLFI, D. C. e GRYNSZPAN, M. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v.5, n.10, 1992.
- PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos”. *Tempo*, vol 1, n. 2, 1996.
- PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1994): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996b.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: Ética e história oral. Projeto História, n. 15: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, abril, 1997.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.
- ROUSSO, H. « A memória não é mais o que era ». In : FERREIRA, M de M. E AMADO, J (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. : Ed. FGV, 1996.
- SALGUEIRO, H. A. “Apresentação”. In: LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

- SILVA, H. N. Mathias da. As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar. Dissertação defendida no Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, L. A. M. (Org.). “Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, L. A. M. “Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da ‘moeda’ memória”. In: A memória das favelas. Comunicações do ISER. N. 59, ano 23, 2004.
- SILVA, M. L. P. da. *Favelas cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SIMSON, O. R. De M. von, (org.). *Os desafios Contemporâneos da história oral -1996*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- THOMPSON, P. *A voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, A. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Ética e história oral*. Projeto História, n. 15: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, abril, 1997.
- VALLA, V. V. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, RJ. 1(3):282-296, jul/set, 1985.
- VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 15. Nº 44, 2000.
- VALLADARES, L. “Que favelas são essas?” *Insight Inteligência*, nº 8, ago.-out., 1999. p. 63- 68.
- VALLADARES, L. *A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. uiz Antonio Machado da Silva (2004; 2008),
- VALLADARES, L. *Passa-se uma casa: análise do Programa de remoção de favelas do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zaar Editores, 1978.
- VOLDMAN, D. Definições e Usos. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.